



UNRISD

UNITED NATIONS RESEARCH INSTITUTE FOR SOCIAL DEVELOPMENT

EXECUTIVE SUMMARY
Gender Equality:
Striving for Justice in an Unequal World

April 2005

PORTUGUESE VERSION

Draft- do not cite without UNRISD approval



The **United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD)** is an autonomous agency engaging in multidisciplinary research on the social dimensions of contemporary problems affecting development. Its work is guided by the conviction that, for effective development policies to be formulated, an understanding of the social and political context is crucial. The Institute attempts to provide governments, development agencies, grassroots organizations and scholars with a better understanding of how development policies and processes of economic, social and environmental change affect different social groups. Working through an extensive network of national research centres, UNRISD aims to promote original research and strengthen research capacity in developing countries.

Current research programmes include: Civil Society and Social Movements; Democracy, Governance and Human Rights; Identities, Conflict and Cohesion; Social Policy and Development; and Technology, Business and Society.

A list of the Institute's free and priced publications can be obtained by contacting the Reference Centre.

UNRISD, Palais des Nations
1211 Geneva 10, Switzerland

Tel: (41 22) 9173020
Fax: (41 22) 9170650
E-mail: info@unrisd.org
Web: <http://www.unrisd.org>

Copyright © United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD).

This is not a formal UNRISD publication. No publication or distribution of this summary is permitted without the prior UNRISD authorization, except for personal use.

Igualdade de gênero: a luta pela justiça num mundo desigual

Resumo Executivo

Depois de Pequim: progresso irregular num mundo desigual

Dez anos após a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, uma questão importante será levantada por muitas organizações de mulheres de todo o mundo: quanto se avançou na década passada? Para as pessoas interessadas na busca da igualdade entre os gêneros, as respostas são difíceis e ambíguas.

Claramente, houve alguns avanços notáveis para as mulheres nesse período: maior visibilidade em assembleias eleitas e instituições estatais; uma diminuição da distância entre os gêneros na matrícula da escola primária e, em menor escala, da secundária; uma presença feminina maior no mercado trabalho e nos fluxos de trabalhadores que cruzam fronteiras internacionais; e taxas de fecundidade mais baixas.

Essas mudanças na vida das mulheres estão associadas às transformações sociais que acompanham o desenvolvimento econômico, porém não são simplesmente subprodutos do crescimento econômico. Em muitos casos, as mudanças na posição social das mulheres foram estimuladas ou aceleradas por reformas do Estado e movimentos sociais. Os movimentos de mulheres, tanto nacionais quanto transnacionais, tiraram vantagem das mudanças de contexto político dos anos 1990 para fazer avançar os direitos da mulher. Um progresso notável foi colocar no centro dos debates globais e nacionais os temas de saúde e direitos sexuais e reprodutivos, violência contra a mulher e desigualdade de poder nas relações entre os gêneros.

A persistência das desigualdades entre os gêneros

Esses resultados positivos devem ser qualificados à luz da continuidade das desigualdades entre os gêneros e de um ambiente econômico e político pouco favorável.

A despeito da maior presença numérica da mulher no mundo do trabalho e na esfera da política, a diminuição das distâncias entre os gêneros, definidas de forma ampla, esconde marcantes assimetrias e segmentação entre os gêneros, que impõem limites ao acesso das mulheres à renda, autoridade e poder. Em muitos países, a fecundidade em declínio continua a melhorar as oportunidades de vida da mulher em seus anos reprodutivos, porém em alguns países tem sido também associada ao aumento artificial da relação entre o número de homens e mulheres na população, por causa de comportamento discriminatório contra o sexo feminino. Em um nível mais geral, a natureza ambivalente dos avanços das mulheres está ilustrada pela "feminização" da força de trabalho, em que o acesso da mulher ao trabalho remunerado aumentou na maioria dos países, porém isso coincide com a deterioração dos termos e das condições de trabalho.

Não existe uma explicação única para esses vários resultados. As desigualdades entre os gêneros estão profundamente enraizadas em todas as sociedades e são reproduzidas através de uma variedade de práticas e instituições, incluindo intervenções de políticas públicas. Uma questão levantada nesse relatório é a seguinte: qual a contribuição das políticas de desenvolvimento na criação de condições favoráveis ou desfavoráveis para atingir uma maior igualdade entre os gêneros?

O ambiente desfavorável das políticas

A agenda econômica neoliberal, que passou a ser dominante no início da década de 1980, estava centrada na austeridade fiscal e fortalecimento dos direitos da propriedade privada e dos mercados impulsionados pelo lucro, além de defender a redução do Estado. Embora a inflação tenha sido controlada em muitos países, a estabilidade de preços foi conseguida às custas do crescimento e da geração de emprego. As crises financeiras e a volatilidade econômica se tornaram mais freqüentes e a desigualdade de renda aumentou em todo o mundo.

Na ausência de redes de proteção adequadas, a liberalização econômica trouxe um estresse severo para a sobrevivência das famílias de baixa renda. Nas condições de privação econômica, as mulheres de baixa renda tornaram-se cada vez mais visíveis como atores econômicos fora da esfera doméstica, como trabalhadoras agrícolas temporárias, na inchada economia informal dos centros urbanos e como trabalhadoras migrantes. Ao mesmo tempo, a comercialização gradual dos serviços sociais, especialmente no contexto da pandemia do HIV/AIDS, significava que os domicílios mais pobres eram forçados a realizar ajustes, deslocando mais trabalho de cuidados para o lar e para as costas das mulheres e meninas.

A crise social que continua atingindo muitas partes do mundo expressou-se mais dramaticamente em distúrbios civis e políticos, incluindo o surgimento e continuidade de guerras civis, nas quais os sofrimentos econômicos e sociais subjacentes estão na dinâmica de suas causas. Nessas zonas de insegurança e violência predominante, poucos escapam dos impactos desastrosos da guerra, estando ou não diretamente envolvidos como combatentes.

Trazendo de volta a questão de gênero

A abordagem analítica do relatório pressupõe que as sociedades, relações sociais, economias e estruturas de poder contêm divisões de gênero profundamente enraizadas, da mesma forma que refletem as divisões de classe, etnia e raça. As desigualdades em função do sexo são um aspecto que permeia todas as sociedades. Elas são produtos das relações de poder, normas e práticas construídas socialmente.

Embora haja uma preocupação crescente com a desigualdade entre os gêneros em algumas arenas – especialmente em nível intrafamiliar, assim como na esfera jurídica onde as “tradições” e “costumes” cumprem um papel importante –, a atenção dada à questão de gênero nas políticas públicas é muitas vezes seletiva. As consequências em silêncios e omissões são reveladoras: por exemplo, os mercados e os fluxos macroeconômicos (comércio, capitais) nem sempre estão sujeitos à

análise de gênero, ficando implícito que seriam essencialmente benignos e neutros em relação ao gênero. No entanto, o relatório conclui que isso não é verdadeiro nem em nível da economia, nem em nível familiar. Tampouco os Estados, comunidades, partidos políticos e movimentos sociais “progressistas” operam necessariamente de forma neutra em relação ao gênero.

A análise realizada neste relatório é, em grande medida, das relações sociais e, especialmente, das relações entre os gêneros, numa gama ampla de instituições. No entanto, o foco principal são as mulheres, que são vistas como diferenciadas por classe, raça, etnia e casta. É importante manter o foco sobre as mulheres, tendo em vista as mudanças recentes no pensamento (e na linguagem), tanto das burocracias do desenvolvimento quanto em alguns círculos da pesquisa acadêmica, que algumas vezes ignoraram inadvertidamente o significado persistente da subordinação das mulheres. Isso não implica que os homens estejam sempre em situação vantajosa, mesmo que pudessem estar, em relação às mulheres. As culturas masculinistas podem ser contraprodutivas ou mesmo destrutivas para os homens e, embora os homens sejam os perpetradores principais da violência doméstica e pública, eles também são as vítimas principais da violência fora da esfera doméstica. Tampouco a ênfase na subordinação da mulher implica um quadro estático de relações de gênero imutáveis. Ao contrário, é importante reconhecer que as hierarquias entre os gêneros mudam constantemente, à medida que formas antigas se dissolvem e são recriadas.

Agendas políticas atuais e implicações para a igualdade entre os gêneros

O contexto político e das políticas públicas nos anos recentes apresentou algumas novas oportunidades, assim como desafios, para a implementação da igualdade entre os gêneros e dos direitos humanos. O fato de que as políticas sociais e as reformas de “boa governança” estejam atualmente em posição destacada na agenda das políticas de desenvolvimento parece oferecer um ponto de partida importante para enfrentar desigualdades em função do gênero no acesso a recursos e serviços, assim como as deficiências do Estado em relação à capacidade e transparência para tratar especificamente de gênero.

No entanto, o novo pacote de políticas dominantes – conhecido como o “consenso pós-Washington” – mantém alguns dos elementos centrais da ortodoxia econômica, suplementados pela agenda da “boa governança” na democracia, “participação” e “controle comunitário”. Por trás do aparente consenso forjado no vocabulário comum de “pobreza” e “proteção social”, entendimentos conflitantes das políticas sociais despertam o debate, baseados em diferentes valores, prioridades e compreensão do que deve ser responsabilidade do Estado. Da mesma forma, embora o entendimento amplo da agenda da “boa governança” englobasse a liberalização política, o respeito aos direitos humanos e enfrentasse os problemas de desigualdade social como parte de um compromisso fundamental com a democracia, os críticos argumentam que essas reformas de governança de fato foram dominadas pela imposição de planos de reforma institucional indiferenciados e abstratos. Com isso, tem havido uma tendência a excluir a igualdade entre os gêneros. No entanto, algumas reformas de governança, especialmente a descentralização do poder político para órgãos de governo local e municípios, parecem ter facilitado a representação política das mulheres em nível local, com o potencial de impactos positivos sobre as

políticas públicas. Estes resultados favoráveis podem ser difíceis de alcançar em lugares onde os sistemas patriarcais tradicionais resistem à presença ativa das mulheres nas estruturas de poder local.

Na verdade, um fenômeno que emergiu com força especial nos anos recentes foi o da “política de identidade”, especialmente na forma de movimentos que se mobilizam em torno das identidades étnicas, raciais e religiosos. Embora tenham existido tensões entre algumas versões das reivindicações baseadas na identidade e noções de igualdade entre os gêneros, elas não são necessariamente irreconciliáveis. Entretanto, alguns ataques radicais contra as agendas dos direitos humanos e dos direitos das mulheres tiveram como resultado o ressurgimento de identidades religiosas que incluem a afirmação dos papéis de gênero e sistemas de autoridade ‘tradicionais’. As “tradições” e doutrinas religiosas tipicamente invocadas por alguns desses movimentos podem não ser nem tradicionais nem autênticas mas, ao contrário, terem sido cunhadas recentemente para servir fins políticos.

Forjando articulações entre a política econômica e a igualdade entre os gêneros

Um mundo no qual o modelo de políticas dominantes tende a aprofundar as desigualdades sociais e econômicas e reforçar a marginalização, em que a redistribuição nunca acontece e os governos comprometem os interesses de seus cidadãos para atender às forças globais, é improvável que seja um mundo que assegure a igualdade entre os gêneros. Por esse motivo, os ativistas de direitos das mulheres têm devotado cada vez mais atenção e energia às estruturas maiores do poder global e à evolução de problemas de justiça global relacionados às tendências macroeconômicas. A justiça econômica global é também central para alcançar a saúde e direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Contudo, concentrar o foco dos formuladores de políticas na interdependência entre justiça econômica global e justiça de gênero não é tarefa fácil e, mesmo quando esse objetivo é atingido, é necessário um esforço considerável para provocar mudanças sensíveis às diferenças de gênero nas políticas.

Além disso, a atmosfera política global em que a justiça econômica e a justiça de gênero precisam ser negociadas tem sido menos favorável nos anos recentes. As agendas dos direitos humanos e das mulheres, e todo o marco de referência multilateral onde as conquistas da década de 1990 foram realizadas, foram enfraquecidas pela atual crise política global ocasionada pelo terrorismo, militarismo, guerra e unilateralismo. Para que a justiça de gênero não perca ainda mais terreno na agenda, os movimentos de mulheres vão precisar de novas alianças com instituições governamentais, movimentos sociais e partidos políticos.

Seção 1 – Macroeconomia, bem-estar e igualdade entre os gêneros

Liberalização e desregulamentação – o caminho para a igualdade entre os gêneros?

Nas décadas recentes, as políticas macroeconômicas neoliberais, e suas políticas associadas de desregulamentação nacional, foram amplamente implementadas no mundo em desenvolvimento. Elas estão enraizadas na crença de que uma

intervenção mínima do governo na economia e uma maior confiança no desejo de lucro e no livre jogo dos mercados levam a uma alocação mais eficiente dos recursos econômicos, maiores taxas de crescimento econômico, amplo desenvolvimento, crescimento mais rápido da renda e o consequente declínio da pobreza e da desigualdade.

Entretanto, a compreensão analítica e a crescente evidência empírica fornecem pouco apoio a essa perspectiva. Esta abordagem política não resultou num ambiente propício para melhorar o bem-estar das mulheres, superando os preconceitos de gênero e diminuindo as distâncias entre os gêneros em relação a capacidades básicas, oportunidades e acesso aos recursos. Também não trouxe uma divisão mais justa do trabalho não-remunerado entre mulheres e homens e também dos custos envolvidos nos cuidados com a família e com as crianças.

Na verdade, o neoliberalismo foi em grande parte um fracasso, mesmo analisado segundo seus próprios termos. As políticas monetárias e fiscais apertadas geralmente controlaram a inflação, mas ao custo de reduzir as taxas de crescimento na maior parte das regiões (especialmente, nos países mais pobres), ao custo de mudanças estruturais limitadas e crescimento lento ou negativo do emprego. A liberalização dos fluxos de capitais internacionais teve como consequência um aumento da volatilidade financeira e econômica e crises financeiras mais freqüentes e mais sérias. Muitos países foram sujeitos a apertos fiscais resultantes das reduções de impostos sobre o comércio e sobre as finanças e do declínio das alíquotas de impostos sobre o capital. Muitas vezes, isso contribuiu para a redução das despesas governamentais como parcela do PIB. Em vários casos, os cortes de despesas foram concentrados nos gastos de capital, afetando a infra-estrutura e, em outros casos, atingindo as despesas com saúde, educação, bem-estar social e redes de segurança social.

Além disso, na maior parte dos países, houve pouca redução na desigualdade da renda interna, havendo um amplo crescimento da pobreza. As tendências dos indicadores de desenvolvimento humano, pobreza e desigualdade questionam a capacidade das políticas neoliberais gerarem desenvolvimento social, tanto em termos de crescimento sustentado do PIB quanto em termos de melhores padrões de saúde e segurança humana.

Em resumo, os benefícios previstos de crescimento econômico maior e redução da pobreza não foram concretizados e, exatamente na época em que a proteção social efetiva era mais necessária, a capacidade dos governos de prover serviços públicos e proteção social foi amplamente fragilizada.

Por outro lado, vários países asiáticos que adotaram políticas de administrar os mercados, no lugar de liberalizá-los totalmente em busca do desenvolvimento industrial, alcançaram sucesso significativo em relação ao crescimento econômico, desenvolvimento e redução da pobreza. Contudo, embora esses países tenham sido significativamente mais bem-sucedidos em avançar em alguns aspectos do bem-estar das mulheres do que aquelas nações que seguiram o caminho neoliberal, não conseguiram avanços gerais significativos na questão da igualdade entre os gêneros.

Liberalização, mercados de trabalho e conquistas das mulheres – um quadro contraditório

Num ambiente econômico e mundial cada vez mais competitivo devido à liberalização, uma estratégia de desenvolvimento que enfatiza a produção intensiva em mão-de-obra voltada para as exportações, seja na indústria, agricultura e, mais recentemente, nos serviços, tem levado à intensificação dos esforços das empresas para contratar mão-de-obra mais barata. Os salários relativamente mais baixos das mulheres têm tornado uma fonte atraente de mão-de-obra. Como consequência, houve aumento no nível e na parcela do emprego feminino remunerado em muitos países em desenvolvimento, muitas vezes direta ou indiretamente associado a empreendimentos multinacionais.

No entanto, as evidências relacionadas à melhoria do bem-estar das mulheres e da igualdade entre os gêneros resultantes da liberalização comercial e dos investimentos estrangeiros diretos sugerem um quadro contraditório. De fato, a análise apontou uma coincidência entre os papéis de gênero (relacionados às normas que relegam o trabalho remunerado da mulher a uma importância secundária, depois de suas responsabilidades domésticas e de cuidados), segregação de emprego por indústria e as necessidades das companhias num ambiente internacional altamente competitivo.

Em alguns casos, o salário das mulheres e as condições de trabalho são melhores nos empregos formais do setor de exportação do que no restante da economia, porém muitos desses empregos são inseguros e sem perspectivas. O trabalho subcontratado das mulheres, incluindo trabalho realizado em casa, é igualmente precário, se não for ainda pior, sujeito a condições extremamente ruins. Nem sempre os avanços do emprego das mulheres são permanentes, como fica comprovado pelo declínio da parcela de emprego feminino remunerado no setor manufatureiro de muitos países. As mulheres que perdem empregos em indústrias intensivas em mão-de-obra e que são capazes de se deslocar internacionalmente, enfrentam dificuldades para obter emprego nas indústrias manufatureiras mais intensivas em capital, que as substituem. Somando-se a isso, a competição de produtos importados baratos tem levado ao declínio de empregos locais na indústria de manufaturas.

Além disso, o viés deflacionário das políticas macroeconômicas, que resultou em crescimento lento e recessões, teve repercussões mais sérias para as mulheres do

预览已结束，完整报告链接和二维码如下：

https://www.yunbaogao.cn/report/index/report?reportId=5_21327

